

**37.º Encontro Anual da ANPOCS**

ST 15: Sobre periferias: novos conflitos no espaço público

**“Chatuba não é favela”: margens, representações sociais e UPP’s no Rio de Janeiro**

(versão preliminar)

**Edson Miagusko**

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

## Introdução<sup>1</sup>

A política de pacificação no Rio de Janeiro é controversa, apesar de gozar de aprovação tanto entre os moradores das áreas onde as Unidades de Polícia Pacificadora são implantadas quanto naquelas que não contam com sua presença. As UPP's têm alcançado ampla aceitação na sua implantação baseadas na combinação entre ocupação territorial e polícia de proximidade<sup>2</sup>. No caso da Baixada há a reivindicação de expansão das UPP's para o território, baseado na percepção de um aumento da criminalidade como resultante da migração de traficantes para a região. Por outro lado, municípios têm buscado saídas tipicamente baixadenses contratando policiais para replicar o modelo carioca<sup>3</sup>.

Assim, o questionamento não se refere à política de segurança representada pelas UPP's<sup>4</sup>, mas à universalização da ocupação policial para outros territórios vistos como violentos, para além das favelas localizadas no “cinturão olímpico”, próximas aos equipamentos esportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas ou nos bairros turísticos. Deste modo, podemos buscar compreender as UPP's a partir dos territórios em que esta política está ausente, mesmo que estes locais sejam considerados como precários e violentos. Como a população desses lugares percebe a implantação dessas políticas e ausência? Como tematizar as UPP's a partir das representações desses territórios?

O objetivo deste artigo é discutir os sentidos das políticas de pacificação/militarização percebidas a partir de seu impacto na Baixada Fluminense através de um acontecimento, a "chacina da Chatuba", ocorrido em 2012.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa “Territórios da precariedade no Rio de Janeiro: conflitos sociais, trajetórias, e sociabilidades na Baixada Fluminense” com financiamento da FAPERJ e participação das alunas de graduação Dayana Lelis (PROIC-UFRRJ) e Isis Santos de Souza (IC/FAPERJ). Agradeço a todas pela colaboração na coleta dos dados e transcrição das entrevistas.

<sup>2</sup> Pesquisa realizada pelo IBPS em dezembro de 2010, encomendada pelo O Globo, constatou ampla aprovação das UPP's em favelas com e sem “pacificação” (92% e 77% respectivamente). Em comunidades sem UPP's 79% se posicionaram favoráveis a sua instalação e 4% contrários. Esses dados demonstram não apenas a aprovação das UPP's enquanto política de segurança, mas a demanda de sua instalação nas localidades não contempladas por elas, independente desta solução ser ou não a mais adequada.

<sup>3</sup> É o caso de Duque de Caxias, onde o prefeito Alexandre Cardoso, anunciou a proposta ao governo do Estado em arcar com parte do pagamento com policiais para acelerar a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no primeiro distrito. Nos últimos meses também foi instalada uma Companhia Integrada na favela da Mangueirinha, lugar considerado como um dos pontos de migração dos traficantes.

<sup>4</sup> Uma visão alternativa é de BATISTA (2013) que alerta para o risco de expansão do “Estado policial” e gestão militar da vida dos pobres no processo de instalação das UPP's.

Argumento que este acontecimento permite compreender a reconfiguração das práticas do Estado em suas margens<sup>5</sup> e a legibilidade das políticas de controle e gestão direcionadas às populações pobres e vulneráveis. Este acontecimento permite ler a política de pacificação/militarização expressa nas UPP's não a partir das favelas cariocas e o conjunto de representações expressas por esses lugares.

Longe de ver a Baixada como vazia de sentido ou como reflexo negativo dessas políticas executadas no Rio de Janeiro este artigo se coloca em outra perspectiva. Assim, nossa hipótese é que a Baixada se torna *lócus* privilegiado para perceber os sentidos das políticas de pacificação no Rio de Janeiro, suas fronteiras e limites. Deste modo as próprias imagens das comunidades, bairros pobres e territórios precários são refeitas.

A fim de discutir essas questões nosso artigo se divide em quatro partes: na primeira, buscamos reconstruir a “chacina” da Chatuba a partir de seu impacto midiático focando no discurso da ausência de Estado pelos governantes e na necessidade de levá-lo como ocupação policial e nas representações dos moradores do bairro como migração do crime. Na segunda parte buscamos discutir a alteração das representações sociais a partir da forma específica como o Estado se apresentou na Baixada seguido dos sentidos da noção de polícia compreendida não apenas em suas funções repressivas, mas a partir da própria ideia de governo. Na terceira parte, nos aproximamos do bairro da Chatuba situada entre as imagens veiculadas pela imprensa e a partir de seus próprios moradores. Por fim, apresentamos algumas cenas do que denominamos o microcosmo do tráfico num bairro de Mesquita no sentido de problematizar as UPP's numa perspectiva relacional a partir da Baixada.

---

<sup>5</sup> A noção de margens (DAS & POOLE, 2004) é útil para refletir sobre esse novo contexto. Primeiro porque nos possibilita ler essas políticas numa perspectiva relacional, da construção do Estado a partir de suas práticas. Segundo, porque estas margens não são desorganizadas, caóticas ou anômicas, o que lhes conferem uma ordem e funcionamento próprios. Terceiro, porque nos possibilita observar as práticas do Estado em conferir legibilidade para populações vistas à margem das políticas oficiais. Deste ponto de vista, é revelador a disputa em torno das nomeações da pacificação nos dias posteriores à chacina da Chatuba.

## A “chacina”<sup>6</sup> da Chatuba

Numa manhã de setembro de 2012 seis jovens de Nilópolis<sup>7</sup> foram encontrados mortos com marcas de tortura e mãos amarradas, num canteiro de obras à beira da Rodovia Dutra, em Nova Iguaçu. Os jovens foram vistos pela última vez num festival de pipas em Mesquita e estavam desaparecidos há dois dias.

No mesmo dia 150 PM's e 100 policiais do BOPE, em blindados dos fuzileiros navais, ocuparam a Chatuba por tempo indeterminado. O assassinato causou comoção e reações das diversas instâncias de governo, enquanto as fotos do enterro coletivo em Nilópolis eram capa dos principais jornais do país.

A ação do governo repetia a ocupação de um território pobre a partir do impacto do crime: amplo efetivo policial, prisão rápida de traficantes suspeitos e exibição de imagens da polícia entrando em mais uma “comunidade” e que aludiam a outras operações militares nas favelas cariocas com grande impacto midiático<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A nomeação “chacina” não é nativa e alude a denominação do acontecimento pela mídia. Do ponto de vista da Baixada, a nomeação não é nova e se refere ao histórico da região, representada na imprensa através das carências e da violência. A “novidade” desta “chacina”, no entanto, é sua representação como resultado da pacificação no Rio de Janeiro e não como endógena da Baixada. Não se trata, portanto, do imaginário da Baixada como lugar violento, até porque estas mesmas representações se alteraram nos últimos anos (ENNE, 2004), mas de um novo repertório que refaz as antigas noções de violência e carência, suas fronteiras e significados. Neste trabalho mantemos a denominação como utilizada pela mídia, pois uma das questões é compreender como esta circulação de significados problematizam as fronteiras e limites dessas políticas.

<sup>7</sup> Foram assassinados os jovens Christian Vieira, Glauber Siqueira, Victor Hugo Costa e Douglas Ribeiro, além de Josias Serles e Patrick Machado, todos com idade em torno de 16 a 19 anos. Além deles o pastor Alexandre Lima, de 37 anos, e o cadete da Polícia Militar Jorge Augusto de Souza Alves Junior, de 34 anos, foram encontrados mortos. Segundo o inquérito, os jovens foram assassinados pelo toque do celular de um deles, identificado como o funk de uma facção rival. Já os assassinatos do pastor e do cadete podem estar relacionados com uma possível “queima de arquivo” ou pela eliminação de testemunhas diante do crime. Os jovens foram assassinados no caminho das cachoeiras do Parque do Gericinó por traficantes de uma facção criminosa que os confundira como pertencentes a outra facção. Além dos seis adolescentes, outras quatro pessoas foram assassinadas nas proximidades do Parque do Gericinó.

<sup>8</sup> A entrada da polícia e de blindados no Complexo do Alemão, que se seguiu às imagens da fuga de traficantes da Vila Cruzeiro, amplamente mostradas na TV, foi a imagem mais emblemática da retomada do controle territorial de comunidades pobres e violentas por parte do Estado, num lugar marcado por sua pretensa ausência. Após essa ocupação as operações passaram obedecer a determinado script, tanto do ponto de vista da ação do governo, quanto da representação pela mídia e sua recepção pela opinião pública. Assim, o acontecimento da Chatuba se insere como fato com “interpretação prévia” (RANCIÈRE, 2004) ao seu aparecimento: a ausência do Estado em comunidades pobres significa falta de controle territorial, lido como perda do monopólio legítimo da violência. O hasteamento da bandeira brasileira nesses territórios é uma imagem emblemática desta interpretação. Sobre esse processo de pacificação no Complexo do Alemão começam a aparecer vários trabalhos que investigam esse novo momento (LOPES, 2013)

As manchetes dos jornais<sup>9</sup> também estampavam a ocupação da Chatuba como a “pacificação” de mais uma comunidade violenta, desta vez uma “favela da Baixada Fluminense”. E a necessidade da ocupação policial permanente diante do suposto controle do território por traficantes de uma facção criminosa.

O governador Sérgio Cabral declarou que a fuga de “marginais das comunidades pacificadas” no Rio de Janeiro que migravam e buscavam manter a estrutura de poder garantida pelo território podia ser interpretada como possível causa da “chacina”: “eles conseguem escapar, se reorganizar e tentam manter a estrutura do poder paralelo. Isso tem sido bem claro para a gente. A gente não tem ilusão”. O secretário de segurança pública José Mariano Beltrame apontou a ausência do Estado naquela comunidade em função do domínio territorial por parte dos criminosos como causa principal da chacina. No entanto, Beltrame negou a tese da migração de criminosos das favelas com UPP para outras regiões: “a migração acontece no sentido das lideranças do tráfico. Não há migração em massa”. O delegado responsável pelo caso, Júlio da Silva Filho, também ressaltou a ousadia dos criminosos: “os traficantes se julgavam e se intitulavam donos e senhores daquele território. E os jovens teriam invadido aquele local”.

Entre a ocupação da Chatuba pelas forças policiais, ameaças e boatos sobre a presença de traficantes na área, seis escolas do bairro suspenderam as aulas e outros serviços públicos fecharam. A ausência do Estado não era novidade para o pai de uma das vítimas que ressaltou o abandono do parque onde ocorreram as mortes<sup>10</sup>: “o parque está abandonado. Os limites são definidos pelos próprios vagabundos. A Polícia e o Exército deram aquilo como área de lazer para os bandidos. Entrei lá atrás do meu filho e os bandidos estavam atirando”.

A primeira reação do governo à pressão para a instalação de uma UPP no bairro foi o anúncio de uma Companhia Integrada de Segurança Pública (CISP). A diferença

---

<sup>9</sup> Essas mortes na Baixada tiveram ampla divulgação nos primeiros dias e foram manchete dos principais jornais que anunciavam a “chacina” numa “favela da Baixada”. No dia 11 de setembro as manchetes eram: “Após morte de adolescentes polícia ocupa favela do Rio” (FSP), “Após chacina PM ocupa favela” (OESP), “Após chacina, PM ocupa e instala base permanente em favela da Baixada” (OGlobo). Nas emissoras de TV as chamadas eram “Bope faz ocupação na favela da Chatuba em Mesquita nesta terça-feira” (RJ-TV Globo) e “Após chacina na baixada, Bope e Choque ocupam favela da Chatuba” (Rede Record).

<sup>10</sup> Passado um ano o processo indiciou 14 réus. Um deles, considerado como o principal mandante e chefe do tráfico foi assassinado. Dos 13 réus acusados de seqüestro e morte dos jovens na Chatuba, 10 estão presos e 3 foragidos. O grupo responde por homicídio triplamente qualificado (motivo fútil, mediante tortura ou outro meio cruel e com recurso que impossibilite recurso da vítima). A primeira audiência foi realizada no mês de julho deste ano. As famílias também exigem indenização do governo do Estado e do Exército, pois o assassinato dos jovens ocorreu em área militar.

fundamental da CISP é que ela conta com policiais um batalhão já existente e não são novos recrutas que irão integrá-la. O secretário Beltrame ao anunciar a CISP o fez como uma “solução intermediária”: "Queremos quebrar esse paradigma de que a policia entra e sai dos locais e não resolvem o problema da população. No momento, a CISP é o que podemos fazer. É uma solução intermediária. A CISP já funciona com sucesso em Macaé e Niterói, vamos instalar mais uma em Madureira. Não há logística para se ter uma UPP na Chatuba, não podemos dizer mentira", afirmou o secretário de Segurança”.

Além da indignação e comoção das famílias o reforço do estigma do lugar causou insatisfação nos moradores, pois a imprensa apresentou a Chatuba como uma “favela da Baixada”. Uma caminhada convocada pela Diocese de Nova Iguaçu poucos dias depois, reuniu duas mil pessoas com o mote “Chatuba não é favela”. Além de exigir segurança e reivindicar políticas públicas para os jovens a caminhada também buscou recusar a imagem do lugar como mais uma favela carioca violenta. A Igreja procurou mostrar o acontecimento como conseqüência indireta da pacificação na cidade do Rio de Janeiro que provocava a migração da violência para a Baixada. Deste modo, pretendia-se chamar a atenção para as diversas carências da denominada ausência do Estado e não apenas a falta de segurança pública.

Esse discurso de "reterritorialização do crime" tem sido acionado nas falas de diversos moradores, assumido por políticos locais, ocupado espaço midiático, mas pouco tratado no âmbito dos estudos sobre as UPP's, focados nos lugares de implantação desse policiamento. Pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) (2012) levanta de maneira cautelosa a hipótese de um dos efeitos da instalação de UPP's numa parte do território levar ao deslocamento de determinados crimes para outros territórios. A hipótese assinala que uma intervenção intensiva num local reduzido por saturação policial pode levar os criminosos a continuarem a agir em outros lugares. O estudo também faz a ressalva que esse deslocamento ou migração criminais *não são completos*. De todo modo, esta hipótese não é admitida pelos órgãos do Estado, apesar da percepção de moradores e entidades que desenvolvem trabalhos na Baixada.

O governo do Estado nega o deslocamento de criminosos para a Baixada Fluminense, de resto uma hipótese não tão simples de comprovar através de dados quantitativos. No entanto, os índices de violência na Baixada continuam tão altos quanto antes do processo de pacificação com aumento no último período, enquanto em diversos

bairros há uma sensação de ampliação da violência. E com os investimentos na cidade do Rio, decorrentes dos megaeventos esportivos, o contraste se torna maior. Portanto, mesmo sem a comprovação desse deslocamento, a ausência do Estado ou sua presença na constituição de um mercado político estruturado em torno da violência, reforça a percepção de abandono de serviços públicos para os moradores da Baixada.

De outro lado, o debate em torno da migração aponta a necessidade de maior número de policiais para proteger comunidades pobres e não questiona os fundamentos da própria solução. Neste caso, o pressuposto é que comunidades pobres são violentas e qualquer política social pressupõe como condição inicial a segurança pública.<sup>11</sup> Deste modo, segurança está associada à ocupação e presença de um grande efetivo policial como condição de oferta de outras políticas públicas. Em nenhum momento se questiona a própria forma como esta presença policial se dá e como isso reforça determinados estigmas de criminalização de territórios pobres.

A percepção desse deslocamento, no entanto, modifica as fronteiras das representações sobre o urbano, a violência e as políticas públicas e nos indaga sobre os limites dos dispositivos<sup>12</sup> de pacificação/militarização do território. Este trágico acontecimento na Chatuba permite compreender as relações entre periferias, representações e violência no Rio de Janeiro e as mudanças nas formas de gestão que reconfiguram políticas e sua efetivação nos territórios precários. Este acontecimento nos indaga sobre a reconfiguração das práticas do Estado em suas margens e a legibilidade das políticas de controle e gestão sobre as populações pobres e vulneráveis.

Deste modo, o acontecimento da Chatuba nos permite indagar sobre os sentidos desse dispositivo de pacificação, bem como as representações que conferem legibilidade a estas populações. Uma primeira questão é como a gestão do social passa pela estratégia da militarização a partir desse dispositivo da pacificação. O segundo se relaciona ao embaçamento das representações sobre a Baixada e sobre as polaridades entre presença e ausência do Estado. Assim, é preciso qualificar esta ausência ou presença do Estado.

---

<sup>11</sup> Esta concepção de associar comunidades pobres como violentas não é de fato nova. E a policialização da questão social também é recorrente na história brasileira e também no Rio de Janeiro (SILVA, 2008).

<sup>12</sup> Foucault define a noção de dispositivo a partir de sua estrutura e gênese. Assim, um dispositivo é uma estrutura de elementos heterogêneos que englobam discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições morais e filosóficas e pode ser compreendido a partir de sua gênese, ou seja, a formação num determinado momento histórico cuja finalidade foi responder a uma urgência (FOUCAULT, 1992). Assim, o dispositivo tem uma função estratégica dominante.

Parece-nos que pensar este processo como uma estratégia de gestão do social entrelaçado a esse processo de policialização de várias dimensões da política é mais adequado que uma definição prévia do tipo de intervenção do Estado. Poderíamos pensar no reforço de uma ordem policial reforçada pela “baixa polícia”, nos termos de como Rancière a denomina.

Deste modo, para definir um dispositivo é preciso responder algumas questões: a) como essa estrutura heterogênea se relaciona? Como esses diferentes elementos compõem esse dispositivo e como os diferentes agentes (Exército, polícia, mídia, ongs, religião) se articulam? De outro lado, também precisamos buscar compreender como se deu a gênese desse dispositivo, ou seja, como ele surge num determinado momento?

Assim, não são apenas as nomeações nativas que nos informam. Também há uma reconfiguração das nomeações a depender de como se disputam determinadas palavras. As fronteiras entre as várias políticas se embaçam e o dispositivo da pacificação não apenas se restringe às políticas de segurança, mas também policializa outras dimensões das políticas públicas.

Deste modo polícia é um elemento do dispositivo social entrelaçado com o médico, o assistencial e o cultural. Nesse contexto a polícia está fadada a ser trocada de nome um dia, nesse processo de eufemização que revaloriza, ao menos em imagem e no nome, todas as suas funções tradicionalmente desprezadas.

Aqui é necessário se desviar de dois erros sobre o que se entende por “polícia”. Antes de Rancière, Foucault já fizera a genealogia do conceito e demonstrara como a polícia, enquanto técnica de governo definida pelos autores do século XVII e XVIII, se estendia a tudo aquilo que se referia à “felicidade dos homens”, regulava suas relações sociais e o que estivesse vivo. Essa conceituação de Foucault demonstra como o objetivo e o escopo da polícia não era o controle dos homens a partir do desenvolvimento das técnicas de repressão. Aqui se desenvolve um sentido positivo, de cuidado de si, de emprego de técnicas que objetivam a vida enquanto finalidade da polícia. Foucault mostra o significado da polícia num compêndio francês do século XVIII e seu sentido positivo:

*“Em poucas palavras, a vida é o objeto da polícia: o indispensável, o útil e o supérfluo. É missão da polícia garantir que as pessoas sobrevivam, vivam e façam mais que viver (...) O único objetivo da polícia é conduzir o homem a*



*maior felicidade que possa gozar nesta vida. De novo a polícia vela sobre as vantagens exclusivas que oferecem a vida em sociedade” (Foucault, 1990).*

A polícia pode ser “doce e amável”, mas continua sendo o contrário da política e cabe circunscrevê-la, nesse movimento de distinção conceitual. Podemos, assim, definir o que Rancière entende por polícia:

*“ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído” (Rancière, 1996).*

Por que escolhemos partir da definição de Rancière sobre polícia e não de política, como é comum nas apropriações que fazem do autor? Porque compreendemos que a definição de polícia em Rancière está diretamente entrelaçada com a definição de política. Não há política sem polícia, porque a política é constituída por um dano primeiro, o escândalo da parcela dos sem-parcela, sem títulos ou riquezas entrarem na contagem das partes. A política só pode aparecer como revelação do dano que se dá no momento em que a lógica igualitária e a lógica policial se encontram.

Se a política só pode aparecer quando a polícia aparece, também nos cabe investigar como se dispõe esta lógica policial, como ela organiza os corpos e distribui as falas, o que é essa ordem consensual? E também identificar os momentos de subjetivação política – que sempre serão momentos contingentes – em que a lógica igualitária se defronta com a lógica policial.

Assim compreendemos que as práticas do Estado nas suas margens e como essas margens refazem as próprias políticas devem ser levadas a sério. É a política nas margens que, ao ser testada com sucesso, refaz a gestão dessa pobreza e resignifica determinados territórios. Deste modo as próprias imagens das comunidades, bairros pobres e territórios precários são refeitas e ajudam a refazer o sentido inicial dessas políticas.

Portanto, longe de ver a Baixada como vazia de sentido ou como reflexo negativo das políticas executadas no Rio de Janeiro, nossa hipótese é tomá-la como *locus* privilegiado para perceber os sentidos das políticas de pacificação, suas fronteiras e limites. Essas políticas, vistas sob o ângulo dos moradores da Baixada, recontextualizam e redefinem as práticas do Estado nas suas margens. Assim, os sentidos das políticas de pacificação/militarização percebidas a partir de seu impacto na Baixada Fluminense

podem ser vistos como espelho dessas políticas e como margens que (re)definem seus sentidos, limites, fronteiras e contornos. Para isso perseguir os sentidos da pacificação e militarização e da gestão do social contidas neste acontecimento nos possibilita desvendar não as políticas das margens, mas a partir de suas ausências as fronteiras dessas políticas.

A percepção de um processo de reterritorialização do crime restabelece os sentidos e as fronteiras, lugares e limites da política de segurança. Seu pressuposto é a ausência do Estado nos territórios precários, sobretudo no aspecto da segurança, onde o crime dominou comunidades pobres e daí a necessidade de retomar estes territórios como forma de viabilizar qualquer tipo de política pública.

### **A Baixada em múltiplas representações**

Os lugares têm complexas, múltiplas e contraditórias representações. Descrever determinados lugares, como nos fala Bourdieu (1998) pressupõe levar em consideração a dificuldade dessa descrição. No caso de “lugares difíceis” essa descrição deve buscar fugir da ilusão empirista, pois as representações que conferem efeitos sobre o lugar estão distantes e afetam não apenas quem os descreve, mas também o leitor dessa descrição. Não basta apenas ver o lugar para descrevê-lo e fugir das imagens prévias que se busca desviar. É necessário ir além e justapor representações, em geral definidas em diferentes escalas.

Em relação à Baixada Fluminense podemos constatar essa dinâmica a partir das diferentes representações sobre o lugar. Dois problemas iniciais se apresentam: em primeiro lugar, a unidade de uma categoria representacional heterogênea; em segundo, aquilo que Bourdieu (1998) denomina como “efeitos de lugar” e que faz a representação dos pesquisadores serem mediadas por essas categorias prévias

Adotar a terminologia Baixada como ponto de partida não significa desconsiderar a heterogeneidade da nomeação em que o território é figurado em múltiplas representações e fronteiras móveis a depender da relação no interior do próprio espaço e com outros espaços, notadamente a cidade do Rio de Janeiro. A categoria, no entanto, tem sido acionada nas trajetórias dos moradores como elemento de unidade e diferença em relação aos outros, ou seja, se deve considerar a Baixada também como uma automeação. Deste modo, tomá-la como ponto de partida pode nos levar a constatar

diferenças por trás de uma categoria unificadora, bem como a unidade de sentidos a partir de uma representação relacional, tal como a própria noção de periferias.

Assim, o conjunto de representações sobre a Baixada e sua contextualização no tempo é um ponto de partida que expressa os diferentes contextos das trajetórias investigadas. Não há uma única Baixada e nenhuma destas representações pode conter o conjunto de um vasto território tão heterogêneo e desigual em que persistem diferentes Baixadas. No entanto, é possível alinhar representações recorrentes que caracterizam o território.

A primeira delas é a precariedade da ação estatal<sup>13</sup>, o que a primeira vista nos traz a imagem da ausência do Estado. Esta não é uma percepção somente externa, mas dos próprios moradores e também constatável na desigualdade dos serviços públicos nas cidades da Baixada Fluminense se comparadas ao Rio de Janeiro. Do ponto de vista dos moradores, isso ganha outra dimensão e, visto de dentro, nova funcionalidade<sup>14</sup>. Monteiro (2007) apresenta a expressão “resolução de problemas práticos” como categoria da ação política de moradores da Baixada relacionadas à tentativa de resolver problemas urbanos decorrentes da incômoda, pequena ou ausente presença do Estado. Este seria um dos traços característicos e específicos de lideranças eminentemente populares na Baixada. Esta hipótese explica a recorrente utilização das emancipações municipais<sup>15</sup> como forma política e institucional para resolver a chegada dos serviços públicos. Deste modo, a criação dos municípios seria a forma popular de pensar politicamente soluções para esta ausência.

---

<sup>13</sup> Uma parte da literatura sobre a periferia de São Paulo aponta que determinados serviços como água, luz, esgoto, saneamento já se universalizaram em boa parte da periferia, ainda que existam inúmeras franjas precárias sem serviços básicos. No caso da Baixada, o quadro é diferenciado, com o convívio de problemas graves em termos de infraestrutura urbana mesmo em municípios com PIB alto, que convivem com sérios déficits de saneamento básico. Sobre isso Monteiro (2007) busca cunhar um conceito explicativo que dê conta da ausência do Estado e do desenvolvimento de ações comunitárias de “resolução de problemas práticos”, sem necessariamente se enquadrar em formas associativas próximas aos movimentos sociais.

<sup>14</sup> Monteiro nos alerta para evitar a massificação e o igualitarismo nivelador para compreender a Baixada. No primeiro caso, se é tentado a categorizar nivelando homens “pertencentes à população proletária” da Baixada classificando-a como socialmente subalterna em qualquer época ou local. Deste modo, sabemos de antemão de onde vieram, os motivos dessas vindas em um mesmo contexto histórico para exercer funções subalternas no Rio de Janeiro. No segundo caso há também a facilidade de se encarar a Baixada como uma periferia urbana semelhante a tantas outras periferias urbanas brasileiras. A única diferença que se destaca é na exposição dos fatos dentro de um mesmo esquema conceitual. (MONTEIRO, 2007)

<sup>15</sup> A maior parte dos municípios da Baixada se desmembraram de Nova Iguaçu, como Duque de Caxias (1943), Nilópolis (1947), Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999), onde se localiza o bairro da Chatuba. São João do Meriti surge da emancipação de Duque de Caxias, em 1947. Para conhecer esses processos de emancipação municipal na Baixada cf. Simões (2006).

A segunda representação alinha violência e a constituição do “mercado político”, com a configuração da imagem da Baixada como local violento. Enne (2004), ao analisar as representações da imprensa dos anos 1950 até 2000, a partir de quatro jornais, busca traçar uma cronologia por décadas sobre as imagens da Baixada Fluminense. Para a autora, na década de 1980 a representação pela violência tem seu auge, enquanto a partir dos anos 1990 e em 2000 essas representações dão lugar a imagens mais positivas, com a criação de cadernos específicos da Baixada no jornal “O Globo” e “O Dia”. A imagem da Baixada como um “mercado consumidor” e mercado político vão tomar o lugar da violência no noticiário, não mais exclusiva da Baixada pela percepção de sua banalização no Rio. Contudo, a “acumulação da violência” (MISSE, 2011) e a ação de grupos de extermínio reapareceram em 2005 com a chacina de 29 pessoas e um ferido em Nova Iguaçu e Queimados por policiais militares.<sup>16</sup> Alves ressalta um deslocamento das relações entre Estado e grupos de extermínio nos anos 2000, contrariando a tese do “poder paralelo” ao Estado. Ao contrário, afirma que este período marca a chegada de vários participantes desses grupos ao poder político na Baixada, o que levanta a hipótese de coexistência entre acumulação da violência e desenvolvimento territorial e urbano (ALVES, 2003).

Estas representações se fundavam no entrelaçamento entre expansão da periferia urbana do Rio, a partir dos processos de urbanização e migração e suas relações com a constituição de um mercado político em acelerado crescimento. Assim, o histórico de violência nas disputas pelo controle do poder local no período de ampliação dos grupos de extermínio tornaria o Estado poroso às formas ilegais de gestão da violência, cujas dinâmicas sociais estariam na Baixada e também no Rio de Janeiro. Neste aspecto estamos de acordo com Alves (2003) que recusa a interpretação da violência na Baixada como um “poder paralelo ao Estado” ou sua ausência. Compreendemos que esta violência é constitutiva da própria existência do Estado na Baixada.

Deste modo, é preciso duvidar da tese recorrente da ausência do monopólio legítimo da violência que justifica a ocupação do território pelo Estado: não havia Estado

---

<sup>16</sup> Em 31 de março de 2005 durante um intervalo de duas horas, ainda no início da noite, 29 pessoas foram assassinadas na porta de suas casas, bares ou trabalhos em Nova Iguaçu e Queimados. Segundo testemunhas homens desceram de um carro sem alvo definido. Por suspeita de envolvimento, 11 policiais foram presos. Eles estariam intimidados pela investigação de envolvimento em crimes na Baixada e a relação com grupos de extermínio. (FASE; LEV/UERJ; ALVES, J.S.; CESEC; JUSTIÇA GLOBAL 2006)

antes e agora o Estado ocupou seu lugar. A existência do Estado e a própria violência são parte constitutiva desse mercado político na Baixada.

### **A Chatuba vista de perto**

Chego a Mesquita após atravessar a linha do trem e alcançar a Prefeitura. Próximo à estação de trem deixo o carro no estacionamento de um supermercado, salto e vou procurar Maria. Nas primeiras vezes que a encontrei, Maria manifestava um ar ressabiado, mas agora se constituiu na principal informante no campo, em minhas incursões pela Baixada. Sua disponibilidade tem aberto contatos importantes, sobretudo na Igreja e no tecido associativo e comunitário da região. Foi com esse espírito que Maria agendou com um padre, segundo ela o segundo na hierarquia da Diocese, responsável pelas paróquias mais carentes e atualmente morador de Belford Roxo, para onde iríamos. Maria havia planejado combinar a entrevista com uma conversa que deveria ter com o padre em razão de seu trabalho num empreendimento da economia solidária. A chegada de Paulo, marido de Maria, porém, alterou os rumos da nossa tarde.

Maria me apresenta como um professor da Universidade que pesquisava violência e que gostaria de saber sobre o ocorrido na tragédia dos meninos na Chatuba. De fato, esta não é a melhor apresentação. Mas, na maioria das vezes, mesmo com a delicadeza de tratar sobre a questão, os entrevistados adotam uma atitude colaborativa, o que tem feito montar com mais clareza o quebra cabeça dos acontecimentos.

Rapidamente converso com Maria e reafirmo meu interesse em conhecer a Chatuba. Ressabiado, Paulo me conta a versão corrente sobre o caso da Chatuba, depois confirmada por outros entrevistados: os meninos foram assassinados por conta de um funk que tocava no radinho de um deles, identificado por traficantes como pertencente a outra facção.

Informado sobre a pesquisa, Paulo se dispõe a levar-me à Chatuba naquele momento, para não correremos o risco de sair muito tarde do local. Assim, invertermos o trajeto, deixando para outra ocasião a visita ao padre.

Assim, chego à Chatuba de carro e acompanhado por Maria e Paulo. Maria tem 48 anos e é a sétima de uma família de treze filhos. Os quatro primeiros irmãos nasceram em Pernambuco e seus pais chegaram a Duque de Caxias antes dela nascer, “na época de

Tenório Cavalcanti<sup>17</sup>”. Maria nasceu nesta cidade e mudou ainda jovem para Nova Iguaçu e passou a morar lá e depois em Mesquita após a emancipação municipal. Maria participa também de movimentos sociais vinculados à Igreja Católica, desde o momento em que as comunidades eclesiais de base tinham força na região. Seu ingresso tem origem na própria proximidade da família com a Igreja: "O melhor lugar para criar um filho numa terra violenta é dentro da Igreja. Isso se for uma Igreja confiável. Pois, como diz meu pai, meu pai tem 84 anos e diz: 'pequenas igrejas, grandes negócios'. Lá perto tem uma pastora com 17 filiais e ainda faz papelzinho para distribuir. Foi assim que aprendi a fazer política, uma política muito limpa e honesta”.

Este forte sentido ético de sua trajetória a levou ao engajamento em movimentos da Igreja, na construção de associações comunitárias e no movimento “Fé e Política” e a torna veemente defensora da Igreja Católica contra outras denominações religiosas, como numa guerra. “Eles fazem do senhor, mercantilismo. É um Deus mercantilista, de comércio. E a Igreja Católica não prega isso”. Em alguns momentos fica exasperada quando a questiono sobre os significados dessa guerra. Responde acusando evangélicos de venderem ilusões e retoma sua narrativa a partir do pertencimento a Igreja Católica. Por outro lado, também é crítica ao abandono da linha das CEBs, que provocou um afastamento maior dos fiéis. “Os padres hoje não cheiram povo. Esses padres que não cheiram povo são padres cinco C: padre que gosta de casa, carro, computador, celular e comida. Não tem mais aquele compromisso com o povo.”

Paulo e Maria me levam e contam no carro sobre o trabalho que desenvolvem com a economia solidária, um projeto que visa a integrar familiares de detentos em empreendimentos de geração de emprego e renda. Antes de terminar o relato do projeto chegamos em poucos minutos à Chatuba, próxima ao centro da cidade.

A Chatuba é o maior bairro popular de Mesquita, situada na divisa de Nilópolis e com aproximadamente 42 mil habitantes (Censo de 2011), delimitada pelas montanhas do Parque do Gericinó e pelo Rio Sarapuí. A maior parte das casas se localiza no terreno

---

<sup>17</sup> Tenório Cavalcanti foi um político e advogado com trajetória política construída na Baixada Fluminense e base eleitoral no antigo Estado do Rio de Janeiro, por onde se elegeu deputado estadual e federal, além de disputar uma eleição para governador do Estado. Tenório era um político controverso, com estilo que poderia ser definido como popular e agressivo, se constituindo como uma das primeiras lideranças de massas da Baixada. Sobre a trajetória de Tenório, que deu origem ao filme “O homem da capa preta”, em 1986, com a direção de Sérgio Resende, há diversos livros e teses. Para uma análise desta trajetória ver Beloch (1986).

plano do bairro, mas as moradias precárias avançam para a encosta das montanhas do Parque Gericinó.

Segundo dados da Prefeitura, há poucos equipamentos públicos diante do tamanho da população. Duas escolas municipais de ensino infantil, quatro escolas de ensino fundamental, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e um CIEP respondem pelo atendimento a toda a população do bairro. Na saúde há poucos equipamentos públicos, como uma Unidade Básica (UBS), uma equipe do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e 3 equipes do Programa de Saúde da Família (PSF).

Há apenas duas escolas e dois postos de saúde para uma população relativamente grande. O asfaltamento das ruas principais está completo, mas a falta de saneamento básico e de água são problemas crônicos. Apesar de estar ao lado dos rios que abastecem o Rio de Janeiro a falta de água no bairro é constante.

A falta de água é um problema recorrente no bairro e na região. Chega a ser irônico a inscrição na entrada do reservatório e centro de tratamento da CEDAE, às margens do Rio Guandu, em Seropédica: "bem-vindo ao maior reservatório do mundo". O "Maracanã" dos reservatórios não garante a constância do atendimento e deixa pouca água para a região em que se localizam as bacias hidrográficas, o que demonstra a seletividade do atendimento estatal. Este contraste aparece na fala dos nossos entrevistados que com frequência recorrem à disjuntiva "atendimento do Estado na Baixada" e "atendimento do Estado na Zona Sul" do Rio de Janeiro.

A paisagem da Chatuba num dia comum não é muito diferente dos bairros periféricos da Baixada: casas de autoconstrução com tijolo aparente, pequeno comércio composto por biroskas, cabeleireiros, padarias, mercearias, quitandas, lojas de material de construção, pequenas portinhas para venda de celulares e chips, açougues, *lan houses* e uma paisagem marcada pelo inacabamento e por um fervilhar de pessoas nas ruas. Na rua principal do bairro, com pouco mais de 1 km, há também cinco igrejas evangélicas de diferentes denominações. Na paisagem social o que se destaca na profusão de diferentes tipos sociais são as mulheres que freqüentam a Assembléia de Deus dos Últimos Dias (ADUD)<sup>18</sup>, com suas batas até o pé, seu jeito altivo e suas vestimentas diferentes.

---

<sup>18</sup> A presença da Assembléia de Deus dos Últimos Dias, notoriamente conhecida pela figura do seu principal líder, o Pastor Marcos Pereira, acaba se ressaltando pela vestimenta das mulheres freqüentadoras de seus cultos. Sobre a ADUD, o trabalho de Carly Machado e Patrícia Birman (2012) nos ajuda a

Em certos pontos, Paulo diminui a velocidade para mostrar as montanhas por onde podíamos avistar o Parque do Gericinó encobertas pelas casas. Apesar dos morros sua fala procura afastar a Chatuba de qualquer semelhança com as favelas do Rio. Ao mostrar as casas próximas ao Parque do Gericinó afirma que o bairro é pobre, mas não é uma favela, ressaltando a ausência de qualquer tipo de controle territorial sobre a entrada de diferentes serviços públicos na localidade.

Porém, algo chama a atenção no decorrer do caminho, ao menos para mim que estranha o lugar desconhecido. Várias pixações com o nome da facção dominante demarcam o território. Jovens empinam pipas e as ruas têm um movimento intenso para uma tarde de quarta-feira.

Vamos até uma rua que não termina no Rio Sarapuí e fica na divisa com Nilópolis e retornamos agora com a intenção de encontrarmos Joca.

### **O microcosmo do tráfico na Baixada**

Joca me espera na porta de sua casa, enquanto Paulo estaciona o carro. Maria e eu abrimos a porta ao mesmo tempo e o cumprimentamos. Joca é uma liderança comunitária e durante a conversa procura estabelecer os nexos entre os problemas do bairro e suas causas estruturais.

Seu cartão de visitas na apresentação destaca a trajetória de liderança popular experiente que passou por diferentes associações dos movimentos populares no Rio de Janeiro, trajetória da qual se orgulha.

Ao sentar no sofá, Maria relata a Joca a razão de nossa visita e me apresenta como pesquisador. Ele desconfia, mas me recebe cordialmente. Apenas faz um senão: quando solicito sua permissão para gravar a entrevista, ele concede a contragosto, mas logo depois fica reticente. Eu rapidamente declino, por perceber que não haveria entrevista sobre aquele tema com o gravador ligado. E a estratégia surte efeito. Joca

---

compreender como as práticas dessa Igreja, bem como a ação de seus mediadores na construção de fronteiras e conexões tornam a potência de sua ação religiosa muitas vezes maior do que a da polícia. A ação religiosa é uma polícia infinitamente maior que a própria polícia e a matéria prima da Igreja está em lugares onde figuram o fracasso do monopólio da violência pelo Estado. O interesse é que a Igreja entra em lugares que ninguém entraria. Pastor Marcos media e ganha sua força naqueles territórios onde o monopólio legítimo da violência pelo Estado fracassou. Isso significa que sua força provém dessas conexões como diplomata no mundo do crime e através de um código que só ele sabe. E de outro lado media dois mundos cindidos. Daí a importância de suas conexões nos dois mundos. Quando estas conexões se desfazem, tudo muda, como os fatos recentes tem demonstrado.



busca contar como foram as diferentes fases dessa economia ilícita ao mesmo tempo em que mostra todas as dificuldades das relações que cruzam o Estado, a circulação dessas mercadorias e como isso afetou a vida do bairro.

Joca inicia dividindo a história desta “economia ilícita” na Chatuba em três fases: a primeira, nos anos 1980, dos matadores e dos assaltos de caminhão de gás, furtos e venda de maconha, que coincide com a hegemonia dos grupos de extermínio, “bem vistos pela comunidade”, mas que faziam uma “limpeza social” e agravavam ainda mais o problema. A mercadoria<sup>19</sup> ilícita era a maconha, mas sem o papel que a cocaína viria a ocupar posteriormente como mercadoria ilícita principal.

A segunda fase nos anos 1990, com a entrada da cocaína e o aumento exponencial de lucros transforma o tráfico de drogas numa economia ilícita mais poderosa e complexa. Joca explica que a mudança nesta economia leva ao ocaso dos grupos de extermínio e à morte de vários de seus integrantes. Com a construção de um negócio baseado na economia da droga e suas ramificações, como o mercado dos armamentos pesados<sup>20</sup> a nova mercadoria ilícita ganha projeções antes incomparáveis, organizando um novo circuito desta economia, onde não valia mais a pena matar a "galinha dos ovos de ouro". Os traficantes passam então de possíveis inimigos a parceiros do negócio onde o ilícito se constitui em ganhos potenciais a serem administrados com a ampliação do volume de transações e da “cadeia produtiva” da mercadoria política. Deste modo, Joca traça a história dos crimes e das disputas territoriais nesse novo quadro. Esta realidade era mutável a partir das relações estabelecidas pelo governante da vez com o aparato repressivo do Estado, ou seja, uma maior repressão correspondia a uma diminuição de ganhos e maior violência e uma menor repressão ao funcionamento estável do negócio.

---

<sup>19</sup> O conceito de mercadoria política desenvolvido por Misse (2011) nos ajuda a compreender a estruturação da economia do narcotráfico no Rio de Janeiro. Para Misse, mercadoria política é "toda a mercadoria que combina custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico." O autor propõe ainda compreender as características do narcotráfico a partir da sobreposição (e das tensões internas) entre esse mercado informal ilegal e outros, particularmente aqueles associados a economia da corrupção e às “mercadorias políticas.

<sup>20</sup> O custo do fuzil AK47, famoso pela sua procedência russa, invadiu o mundo logo após a queda dos regimes socialistas do leste europeu em diferentes lugares do planeta. Seu valor é baixo para sua produção, se comparado ao valor que adquire quando é comprado pelo consumidor final. Um verdadeiro "negócio da China" que multiplica o valor do produto no decorrer da cadeia de intermediários, passando de 500 reais para incríveis 21 mil reais, ou seja, uma valorização de 42 vezes!

Os anos 1990 coincidem com o crescimento do tráfico de drogas e a entrada de armamento pesado na Chatuba.<sup>21</sup>

Joca observa a mudança a partir do aumento da circulação de dinheiro no bairro em que as “coisas não pareciam mais como antes”. E alerta para o problema com uma de suas frases sintetizadoras: "onde a riqueza cresce, a pobreza explode". Esta história é bem conhecida e não é o caso de repeti-la. Mas, o interessante é perceber as conexões e diferenças entre uma história já conhecida e seu impacto ou a forma como isso se desenrola num bairro popular da Baixada. Se a chegada do tráfico estrutura o aparecimento de uma nova economia do ilícito, que cresce e se torna mais complexa na relação entre os diversos agentes propiciando lucros cada vez maiores, a presença do Estado se amplia na forma como o aparato repressivo se relaciona com ela.

Esta nova economia do ilícito amplia a guerra, mesmo que em escala distinta das favelas cariocas. "Quem vence a guerra é quem tem mais soldado pra morrer", diz Joca. E o efetivo do tráfico se amplia através da combinação de falta de oportunidades no bairro com enormes possibilidades de ganho material e simbólico na empresa das drogas. Joca aponta que os jovens da Chatuba não são diferentes dos jovens da Zona Sul, tem os mesmos desejos e querem as mesmas coisas, querem meninas, roupas, carros, tênis. Mas, na Chatuba não podem ter e o ingresso no tráfico é atraente pelas possibilidades de um ganho rápido, apesar de fugaz. "Havia fila de meninos de quinze e dezesseis anos pedindo uma arma para entrar na boca de fumo".

Para Joca, a mudança na escala do tráfico também acarreta sérias dificuldades para ele próprio e para sua família. Num dos relatos, me conta o momento da instalação de uma boca de fumo no quintal da sua casa que funcionava das 20h30 até 5h, contra sua vontade, e que por meses causaria sérios problemas para ele. Segundo ele, era "gente nova, gente velha, mulher com barriga, adolescente, gente chegando de carro, a pé, de bicicleta, num fluxo intenso de compradores que tornava a rua movimentada e sua casa um vai e vem de desconhecidos". "Era como se aquele ponto fosse o mais movimentado do bairro. Durante meses foi um entra e sai onde o terreno da sua casa era o ponto de passagem do intenso comércio local. Joca, diante da situação, vai procurar conversar com os meninos que ele conheceu crianças e que o respeitavam para lhes chamar a atenção

---

<sup>21</sup> Sobre esse histórico em relação ao Rio de Janeiro ver Misse (2011), sobretudo o capítulo em que o autor trata sobre o “Movimento”, Zaluar (2006) e Silva (2008).

para os problemas que lhes poderia causar, sobretudo pela presença de seus filhos e da família.

A necessidade de proteção do ponto fez com que a ostensividade do armamento passasse a preocupar Joca, pois havia uma exposição de metralhadoras e pistolas colocadas a vista de todos. Os traficantes, no entanto, procuraram tranquilizá-lo em relação aos familiares, dizendo que não entrariam e não deixariam ninguém entrar na casa e prejudicar o trabalho: "fica tranqüilo, isso é um trabalho". Joca não deixa de esboçar o estranhamento em relação a esses jovens para quem aquilo era parte de uma rotina de trabalho. Nesse momento Maria também esboça o mesmo estranhamento soprando no meu ouvido que aquilo que era visto como trabalho era o caminho da "vida fácil".

Há três anos apareceu o crack no bairro. Mas, logo a circulação da mercadoria foi proibida. Na acepção de Joca, isso desorganizava o negócio e isso impediu sua circulação.

Segundo outros entrevistados, o não pagamento do arrego acirrou os conflitos na Chatuba, o que parece desconfirmar a hipótese de um processo de migração da violência. O traficante tinha uma posição de endurecer nos valores da mercadoria política. Quanto mais endurecia, mais a polícia entrava no bairro. "Não temos medo de polícia e não daremos o dinheiro". Segundo comentários, ele se diferenciava do gerente anterior, que fora preso, era menos habilidoso no negócio e por sua pouca competência - "era meio psicopata" - destruiu o negócio. Talvez isso explique, posteriormente, seu assassinato, pois não "sabia administrar situações conflituosas" ou em linguagem de outras localidades, não tinha o devido "proceder". Ao querer resolver tudo do seu jeito foi acirrando os ânimos e aumentando a presença mais ostensiva do aparato repressivo e causando maiores problemas para os moradores da Chatuba. Deste modo, o assassinato dos meninos acabou sendo o desfecho trágico de uma situação que evoluíra para um nível de acirramento da violência.

Várias questões emergem destas cenas: a primeira se relaciona ao tema da presença/ausência do Estado. No relato de Joca é possível perceber que a presença da polícia se dá desde o momento inicial e se amplia à medida que esta economia do ilícito cresce. As situações de conflito aumentam e caminham para um desfecho trágico quando o gerente do negócio, por sua falta de habilidade como administrador, desorganiza o

campo de forças que garantira o funcionamento desta economia e “mata a galinha dos ovos de ouro”, ao menos momentaneamente.

Deste modo, podemos pensar a hipótese da constituição de um mercado político relacionado aos diferentes ciclos de acumulação da violência: dos grupos de extermínio, passando por uma economia do ilícito incipiente, até a chegada do tráfico. Isso coincide na região com um deslocamento das relações entre Estado e grupos de extermínio nos anos 2000, o que contraria a tese do “poder paralelo” ao Estado. É nesse período que vários participantes desses grupos chegam ao poder político na Baixada.

De outro lado, as práticas do Estado levaram à percepção de sua ausência, o que de fato se manifesta num infraestrutura urbana precária que aflige a região. As margens produziram como resposta dos moradores da Baixada práticas coletivas comuns, na maioria das vezes não organizadas nas formas políticas reconhecidas, mas que buscavam enfrentar a solução dos problemas imediatos recorrendo ao universo comunitário presente. Assim, é preciso qualificar o que se denomina como ausência estatal, mas também precisar as soluções que vão criar a especificidade dessa presença do Estado.

Um segundo ponto se relaciona à possível migração de criminosos com o processo de pacificação. Nesse caso, nada parece confirmar essa tese. Porém, se a migração não acontece como deslocamento em massa de criminosos (ao menos no bairro estudado), podemos trabalhar com a ideia de circulação de imagens, representações e modos de agir confirmadas nas histórias narradas sobre esse microcosmo do tráfico. Quando Joca nos conta a história das fases dessa economia do ilícito na Chatuba ele nos repete uma história semelhante a outras favelas cariocas. E ao tratar dos jovens mostra como esses símbolos circulam e transitam entre diferentes grupos sociais e também em localidades distantes. Se for para levar ao pé da letra a solução apresentada pelo governo, que pressupõe a militarização do território em comunidades pobres, “não há diferenças entre o jovem da Chatuba e os jovens da Zona Sul” do ponto de vista do universo simbólico de desejos e aspirações. Isso significa que há um funcionamento semelhante do “movimento”, alterando-se apenas a escala desta economia. Isso, por outro lado, mostram os limites desse processo de militarização do território, pois os símbolos não tem limitações para sua circulação.

## Considerações finais

As práticas do Estado na Baixada levaram à percepção de sua ausência, o que de fato está manifesta num conjunto precário de infraestrutura urbana que aflige a região. As margens produziram como resposta dos moradores da Baixada práticas coletivas comuns, na maioria das vezes não organizadas nas formas políticas reconhecidas, mas que buscavam enfrentar a solução dos problemas imediatos recorrendo apenas ao universo comunitário presente.

Assim, devemos afastar a noção da Baixada como uma periferia com carências, mas em que a universalização dos serviços públicos foi resolvida. Ainda há uma ausência significativa de atendimento de água, esgoto, luz e asfalto, o que faz com que a região conviva com ilhas de riqueza e bolsões de pobreza. Isso estruturou na percepção dos moradores da Baixada a necessidade de resolver esses problemas prescindindo do Estado. Mas, esse mesmo Estado está presente na estrutura do "mercado político" que passa a ser pressionável através desses eventos espetaculares que ocorrem de tempos em tempos.

A percepção de um processo de regeografização do crime restabelece os sentidos e as fronteiras, lugares e limites da política de segurança. Seu pressuposto principal é a ideia de uma ausência do Estado nos territórios precários, sobretudo no aspecto da segurança, onde o crime dominou territorialmente comunidades carentes e daí a necessidade de retomar estes territórios como forma de viabilizar qualquer tipo de política pública.

A ausência do Estado como justificativa de ocupação territorial das comunidades pobres para levar segurança tem sido o discurso que justifica o tipo de intervenção das UPP's. A pacificação aciona a metáfora da guerra.

No entanto, a ocupação de um bairro pobre em Mesquita, a recusa à implantação de uma UPP vista como a presença permanente da polícia e a instalação de uma CISP com policiais da Baixada demonstra que a universalização do policiamento tem seus limites tanto materiais, quanto políticos e simbólicos. Ao ter que responder à exigência da presença de policiamento a partir da instalação das UPP's nesses territórios precários, o governo se vê sem a possibilidade de responder da maneira que faz nas comunidades do Rio.

## Bibliografia

- ALVES, J. C. (2003). *Dos barões ao extermínio*. Duque de Caxias: APPH/CLIO.
- BARRETO, A. S. (2006). *Cartografia política: as fases e faces da política na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.
- BARRETO, A. S. (2007). Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. *Horizontes Antropológicos*, n.º 27, 183-212.
- BATISTA, V. M. (09 de julho de 2013). Uma guerra particular. (R. Martins, Entrevistador) Carta Capital. São Paulo.
- BELOCH, I. (1986). *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record.
- BIRMAN, P., & MACHADO, C. (2012). A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n.º 80.
- BOURDIEU, P. (1998). Os efeitos de lugar. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- BRENNER, N. (1999). Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. *Theory and Society*, n.º 28, 39-78.
- CUNHA, N. V., & MELLO, M. A. (2011). Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização de favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, volume 4 (n.º 3), pp. 371-401.
- CUNHA, N. V., & MELLO, M. A. (2011). Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 4, n.º 3, 371-401.
- DAS, V., & POOLE, D. (. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé: Oxford: School of American Research Press/ James Currey.
- ENNE, A. L. (2004). Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Ciberlegenda (UFF)*, n.º 14.
- FLEURY, S. (mai./ago. de 2012). Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, 194-222.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Laboratório de Análise da Violência-UERJ. (2012). *"Os donos do morro": uma avaliação exploratória das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, M. (2005). *El orden del discurso*. Buenos Aires: Fabula Tusquets Editores.

- FOUCAULT, M. (2009). Outros espaços. In: *Ditos e escrito III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (2.<sup>a</sup> edição ed., pp. 411-422). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (1992). Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do Poder* (10.<sup>a</sup> ed. ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- LAGO, L. C. (2009). *Baixada: lugar do trabalho ou cidade dormitório*. Acesso em 11 de maio de 2011, disponível em Com Causa: [www.comcausa.org.br/artigos2009](http://www.comcausa.org.br/artigos2009)
- LOPES, V. E. (2013). *O fuzil e a cruz: poder armado e poder divino no Complexo do Alemão*. Relatório de Qualificação de Mestrado, UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Seropédica.
- MARCUS, G. (1995). Ethnography in/of the World System: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, 95-117.
- MISSE, M. (2011). *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. (2.<sup>a</sup> edição ed.). Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora.
- MONTEIRO, L. A. (2007). *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ.
- RANCIÈRE, J. (2004). As novas razões da mentira. *Folha de São Paulo*.
- RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34.
- SILVA, L. A. (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SIMÕES, M. R. (2006). *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado, UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói.
- ZALUAR, A. (2006). Crime, medo e política. In: A. ZALUAR, & M. (. ALVITO, *Um século de favela* (5. ed. ed.). Rio de Janeiro: FGV.

### **Jornais consultados**

O Globo  
 O Dia  
 Extra  
 Folha de São Paulo

O Estado de São Paulo

Jornal de Hoje